

A FEIRA DE CARUARU NO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE A PARTIR DO INVENTÁRIO DE RICARDO JOSÉ BEZERRA (1862)**THE CARUARU FAIR IN THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS BASED ON THE INVENTORY OF RICARDO JOSÉ BEZERRA (1862)** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-004>**Mázio Miguel Silva dos Santos**

Mestrando de História

Universidade Católica de Pernambuco

E-mail: professormaziomiguel@gmail.com**RESUMO**

O presente trabalho é um estudo de caso documental com abordagem qualitativa que propõe analisar a configuração econômica e social da feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX, utilizando como fonte primária o inventário post-mortem do comerciante Ricardo José Bezerra, falecido em 1862. A pesquisa fundamenta-se na História Social da Cultura Material e na microanálise qualitativa, buscando interpretar o inventário não apenas como uma lista de bens, mas como um artefato social que revela práticas comerciais e hierarquias simbólicas. Metodologicamente, os itens foram transcritos e organizados em categorias analíticas: ferragens, tecidos, miudezas, gêneros de consumo e força de trabalho (escravizados). Os resultados indicam que o inventariado integrava uma fração intermediária da elite local, atuando como um articulador entre o comércio urbano e o mundo rural. A diversidade do estoque revela que a feira de Caruaru funcionava como um centro multifuncional, atendendo desde as necessidades básicas de trabalhadores até o consumo de luxo de segmentos abastados. Conclui-se que o trabalho escravo era parte estruturante dessa economia urbana, sustentando o movimento mercantil da região.

Palavras-chave: Feira de Caruaru; Inventário Post-mortem; Cultura Material; Comércio Oitocentista; Agreste Pernambucano.

ABSTRACT

This study is a qualitative documentary case study that aims to analyze the economic and social configuration of the Caruaru fair during the first half and mid-nineteenth century, using as its primary source the post-mortem inventory of the merchant Ricardo José Bezerra, who died in 1862. The research is grounded in the Social History of Material Culture and in qualitative microanalysis, interpreting the inventory not merely as a list of assets, but as a social artifact that reveals commercial practices and symbolic hierarchies. Methodologically, the items were transcribed and organized into analytical

categories, including hardware and tools, textiles, small goods, consumer products, and labor force (enslaved individuals). The findings indicate that the deceased merchant belonged to an intermediate stratum of the local elite, acting as a mediator between urban commerce and the rural economy. The diversity of the inventory demonstrates that the Caruaru fair functioned as a multifunctional commercial center, supplying both the basic needs of workers and the luxury consumption of wealthier segments. It is concluded that enslaved labor constituted a structural element of this urban economy, sustaining the regional commercial dynamics.

Keywords: Caruaru Fair; Post-mortem Inventory; Material Culture; Nineteenth-Century Trade; Pernambuco's Agreste.

1 INTRODUÇÃO

A utilização dos inventários post-mortem como fonte para a pesquisa histórica remonta às transformações metodológicas ocorridas na historiografia a partir da segunda metade do século XX, especialmente sob a influência da chamada História Nova encabeçada pela Escola dos Annales. Com a ampliação do conceito de documento histórico e a valorização das práticas e estruturas sociais, os historiadores passaram a explorar sistematicamente documentos judiciais e notariais como os testamentos, registros de batismo, escrituras de compra e venda, e especialmente os inventários post-mortem, por sua riqueza informativa. Conforme ressaltado por Marc Bloch, “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (Bloch, 2001, p. 79).¹ Os inventários tornaram-se, assim, objetos de uma nova curiosidade historiográfica, passando a despertar o interesse dos historiadores para usá-los na pesquisa histórica.

A historiadora Júnia Ferreira Furtado (2009) observa que, em sua origem, o termo inventário correspondia exclusivamente ao registro dos bens a serem partilhados, enfatizando que as Ordenações Filipinas “não tratam dos inventários e sim da partilha dos bens do falecido e as formas de realizá-la, sendo o inventário parte desse processo” (Furtado, 2009, p. 102). Com o decorrer do tempo, contudo, a expressão passou a designar o conjunto do procedimento judicial, consolidando-se como sinônimo da partilha de bens deixados após a morte.² Assim, entende-se por inventário

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

² FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009 (pp. 93-118).

[...] registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como lista de créditos e débitos pendentes. Este registro é feito por autoridade pública e o documento assim produzido tem valor para definir, em caráter final, o que caberá, por partilha, aos herdeiros, após honrados os débitos com o Estado e com credores particulares (Magalhães et al., 2002, p. 2).³

Para Beatriz Magalhães (1989), cada inventário apresenta-se de forma singular, trazendo descrições detalhadas que permitem ao pesquisador uma visão minuciosa do cotidiano doméstico. É como se o documento oferecesse um olhar penetrante sobre os espaços da casa, os trajes, o mobiliário, os utensílios, a organização da despensa, o quintal, as propriedades rurais, as datas de mineração e, de modo especial, a força de trabalho existente.⁴

Segundo Carlos Bacellar (2011), o inventário corresponde ao registro oficial de todos os bens materiais deixados pelo falecido, servindo de base para o processo sucessório conforme as disposições testamentárias e a legislação vigente. Nesse procedimento, os bens eram arrolados e avaliados, incluindo-se também os indivíduos escravizados, quando presentes no patrimônio.⁵

A partir das considerações apresentadas pelos historiadores que se dedicaram ao estudo dos manuscritos de inventários, torna-se evidente a relevância de ampliar a utilização desses documentos no trabalho de reconstituição histórica. Eles não apenas permitem compreender aspectos da vida do indivíduo inventariado, mas também oferecem subsídios para analisar a sociedade em seu conjunto. Para Júnia Furtado (2009), quando organizados em séries dentro de um recorte temporal específico, tais registros podem revelar, inclusive, elementos das mentalidades próprias de determinada época.

Entretanto, o uso dos inventários como fonte histórica exige cautela. É necessário atentar para as limitações próprias desse tipo de documento, uma vez que, como adverte Júnia Furtado (2009), existe a possibilidade de haver distorções nas informações e, especialmente nos arrolamentos de bens, conforme os interesses dos herdeiros, muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados. Assim, a análise crítica torna-se indispensável para que se possa extrair desses registros informações mais próximas da realidade social que se pretende investigar.⁶

Para Versiani e Vergolino (2003), indivíduos inventariados constituem uma amostra imperfeita da população respectiva. Isto diz muito sobre a natureza própria da fonte: sendo documentos produzidos por elites letradas e voltados ao ordenamento patrimonial, eles invisibilizam sujeitos que não deixaram herança

³ MAGALHÃES, Beatriz R. SILVA, Vera A. C.; PEREIRA, Ana L. C.; CHEBLE, Gilson B. “Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713 – 1763”. X Seminário sobre a Economia Mineira, 18-22 jun. 2002, CEDEPLAR – UFMG.

⁴ MAGALHÃES, Beatriz R. Inventários e sequestros: fontes para a história social. Revista do Departamento de História. 9 (1989): 31-45, FAFICH/UFMG.

⁵ BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla B (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011 (p. 23-79).

⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. “A morte como testemunho da vida”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009 (pp. 93-118), p. 106.

formal. Assim, há uma sub-representação dos setores mais pobres e uma ênfase nos segmentos proprietários.⁷

Carlos Bacellar (2011) ressalta que nenhum documento deve ser considerado neutro, pois todo registro carrega as marcas e interesses de quem o produziu. Para o autor, cabe ao historiador compreender as fontes em seus contextos específicos, reconhecendo que eventuais imprecisões refletem, muitas vezes, a intencionalidade de seus autores. Além disso, enfatiza que os documentos do passado não foram produzidos com a finalidade de servir à pesquisa histórica, mas sim para responder a demandas e necessidades concretas de seu próprio tempo.⁸ Assim, “o historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram os interesses de quem as escreveu” (Bacellar, 2011, p. 64). Ao analisar os perigos dos inventários, o autor afirma que

pelo fato de que tal documentação retrata o patrimônio de um indivíduo em um momento muito específico, e a qualidade desse patrimônio deve, necessariamente, ser considerada segundo esse momento. (...) Dito em outras palavras, as informações de cada inventário devem ser analisadas tendo, como pano de fundo, o ciclo de vida. (Bacellar, 2011, p. 69)

Um aspecto relevante a ser considerado na análise dessa fonte é apontado por Júnia Furtado (2009). A autora ressalta que os inventários não devem ser compreendidos apenas como registros da morte, mas, sobretudo, como testemunhos da vida em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, “nas mãos do historiador, eles podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões material e espiritual.” (Furtado, 2009, p. 93).

Outro aspecto importante refere-se à materialidade dos inventários, especialmente aqueles produzidos até as primeiras décadas do século XX, já que todos eram manuscritos elaborados pelos escrivães de cartório designados pelos juízes. Por essa razão, além da análise contextual, o historiador precisa dispor de conhecimentos básicos de paleografia, a fim de interpretar adequadamente as diferentes formas de escrita. Pequenos detalhes, como uma letra apagada, uma palavra mal identificada ou a confusão entre letras, podem gerar equívocos sérios na leitura de despachos judiciais, na identificação de herdeiros ou na descrição de objetos pertencentes ao inventariado. Apesar das limitações e riscos apontados, os inventários permanecem como uma fonte de grande valor para a pesquisa histórica. Superados os desafios de leitura e as possíveis distorções, cabe ao historiador analisar de que forma esses documentos são estruturados e quais elementos compõem sua organização. A partir dessa observação, torna-se possível

⁷ VERGOLINO, José Raimundo Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. In: Estudos econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353 393, ARIL-JUNHO, 2003, p. 363.

⁸ BACELLAR, Carlos. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla B (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011 (p. 23-79), p. 96.

compreender como o inventário registra o patrimônio do falecido, como se dá a descrição e avaliação dos bens e de que maneira tais registros refletem as práticas sociais, econômicas e culturais do período estudado.

É nesse horizonte teórico que se insere o presente estudo. Tradicionalmente associada à circulação de gêneros agrícolas e à economia de subsistência regional, a feira de Caruaru no século XIX é frequentemente evocada como espaço popular de trocas, mas raramente analisada a partir de documentação capaz de revelar sua complexidade estrutural. Diante disso, o problema que orienta esta pesquisa consiste em compreender de que maneira a leitura qualitativa de um inventário post-mortem pode iluminar a estrutura econômica, as práticas comerciais e as hierarquias sociais que sustentavam a feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX.

O objetivo geral deste artigo é analisar a dinâmica da feira de Caruaru por meio do inventário do comerciante Ricardo José Bezerra⁹, falecido em 1862, buscando identificar indícios da organização do comércio urbano, da composição da clientela, das práticas de consumo e da articulação entre atividade mercantil e trabalho escravizado. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) examinar a diversidade e a natureza dos bens inventariados; (b) compreender a inserção social e econômica do comerciante na estrutura local; (c) identificar padrões de consumo e distinção social a partir da cultura material registrada; e (d) discutir a presença do trabalho escravizado no comércio urbano interiorano.

A escolha desse inventário justifica-se por sua riqueza documental e pelo volume expressivo de mercadorias e ativos registrados, permitindo uma microanálise qualitativa capaz de revelar aspectos estruturais da economia regional. Como aponta Carlo Ginzburg (1989), o “indício mínimo” pode iluminar estruturas maiores quando inserido em sua teia de relações, isto é, os pressupostos do paradigma indiciário, ao propor “um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 149).¹⁰ Assim, ao privilegiar uma única fonte, não se pretende generalizar conclusões para toda a feira de Caruaru ou todo o Agreste pernambucano, mas demonstrar a potência heurística do estudo de caso na construção de interpretações mais amplas sobre a formação de mercados urbanos no interior do Império brasileiro.

Assim, este artigo parte do pressuposto de que os objetos listados no inventário não constituem apenas registros patrimoniais, mas vestígios materiais de práticas sociais, econômicas e simbólicas. Ao examinar ferragens, tecidos, utensílios, bebidas, moedas, propriedades e pessoas escravizadas, busca-se compreender a feira não apenas como espaço de troca de mercadorias, mas como lugar de articulação entre produção rural, comércio urbano, consumo diferenciado e relações de poder. A análise que se segue,

⁹ Inventário de Ricardo José Bezerra de 1862. Documento manuscrito. LAPEH-UFPE. O inventário consultado não possui paginação ou numeração original. As citações são indicadas apenas pelo título e ano do documento.

¹⁰ GINZBURG, Carlos. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

portanto, entende o inventário como artefato social capaz de revelar, por meio da materialidade, os contornos de uma economia urbana em formação no Agreste pernambucano oitocentista.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza documental e histórica, fundamentada na análise microanalítica de um inventário post-mortem datado de 1862. Trata-se de investigação centrada em fonte primária manuscrita, produzida no âmbito judicial, cuja finalidade original foi a partilha dos bens do comerciante Ricardo José Bezerra, falecido na cidade de Caruaru, então pertencente à província de Pernambuco.

A escolha metodológica pelo estudo de caso fundamenta-se na perspectiva do paradigma indiciário, conforme formulado por Carlo Ginzburg (1989), segundo o qual vestígios aparentemente fragmentários podem revelar estruturas sociais mais amplas quando contextualizados historicamente. Assim, parte-se do pressuposto de que a análise aprofundada de um único inventário, longe de limitar a interpretação, pode iluminar aspectos estruturais da economia urbana e das práticas comerciais do Agreste pernambucano em meados do século XIX.

2.1 DELIMITAÇÃO DA FONTE E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A fonte primária utilizada consiste no inventário de Ricardo José Bezerra, produzido em 1862 e atualmente preservado no Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPEH/UFPE). O documento foi integralmente transcrito, respeitando-se sua estrutura original, a grafia e a organização interna das seções, com atenção às especificidades paleográficas próprias da documentação manuscrita oitocentista.

Embora o inventário tenha sido lavrado em 1862, não há informações precisas no documento acerca da idade do inventariado ou do momento exato de início de suas atividades mercantis. Assim, as análises aqui desenvolvidas referem-se ao contexto econômico de meados do século XIX, compreendendo que o patrimônio registrado sintetiza uma trajetória construída ao longo das décadas anteriores. Considerando a data de seu falecimento, é possível que Ricardo José Bezerra tenha vivido as diferentes fases político-administrativas de Caruaru, período em que ainda figurava como povoado (até 1848), a fase de Vila (1848–1857) e a elevação à condição de cidade (a partir de 1857), circunstância que reforça a necessidade de situar sua experiência econômica em um processo histórico mais amplo de transformação urbana e institucional.

Após a transcrição, procedeu-se à sistematização dos dados por meio da categorização dos bens inventariados. Os itens foram agrupados em categorias analíticas, tais como: (a) bens imóveis; (b) ferramentas e ferragens; (c) tecidos e fazendas; (d) utensílios domésticos; (e) gêneros alimentícios e bebidas; (f) miudezas e produtos de uso pessoal; (g) animais; e (h) pessoas escravizadas. Essa organização

permitiu identificar padrões de diversidade mercantil, níveis de sofisticação dos produtos e indícios da composição social da clientela.

Além da classificação temática, foram observados aspectos quantitativos e monetários, como valores atribuídos aos bens, formas de fracionamento das unidades de venda (côvados, dúzias, libras, canadas, garrafas) e a presença de moeda miúda, elementos que indicam práticas comerciais compatíveis com o varejo urbano e com a lógica das feiras livres.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A análise fundamenta-se na historiografia que valoriza os inventários como fontes privilegiadas para o estudo da história social e da cultura material, conforme discutido por Furtado (2009), Bacellar (2011) e Magalhães (1989). Considera-se que tais documentos não constituem registros neutros da realidade, mas construções jurídicas produzidas em contexto específico, sujeitas a omissões e distorções decorrentes de interesses familiares e econômicos.

Nesse sentido, os dados foram interpretados à luz do conceito de cultura material, entendida como conjunto de objetos que estruturam práticas sociais, organizam espaços domésticos e comerciais e expressam distinções simbólicas. Parte-se do entendimento de que os bens inventariados não possuem apenas valor econômico, mas também função social e identitária, sendo capazes de revelar hábitos de consumo, estratégias de afirmação social e formas de inserção no mercado regional.

A abordagem metodológica adotada também dialoga com estudos sobre escravidão urbana e economia interiorana, reconhecendo que a presença de pessoas escravizadas no inventário deve ser analisada tanto como força de trabalho quanto como ativo patrimonial, inserido em lógica econômica mais ampla.

Assim, a metodologia combina transcrição paleográfica, categorização temática, análise qualitativa interpretativa e contextualização historiográfica, buscando articular a dimensão material do inventário às estruturas econômicas e sociais que configuravam a feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do inventário de Ricardo José Bezerra, datado de 1862, permitiu identificar elementos significativos para a compreensão da estrutura econômica, das práticas comerciais e das hierarquias sociais que configuravam a feira de Caruaru na primeira metade do século XIX. Os dados revelam não apenas a diversidade mercantil do estabelecimento analisado, mas também a inserção social do comerciante e a articulação entre comércio urbano, produção rural e trabalho escravizado.

3.1 O PERFIL DO COMERCIANTE E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA LOCAL

O inventário revela um patrimônio diversificado, composto por bens móveis, imóveis urbanos e rurais, estoque comercial robusto, animais e quatro pessoas escravizadas. Tal composição patrimonial permite situar Ricardo José Bezerra em uma fração intermediária da elite local de Caruaru do século XIX, caracterizada pela combinação entre propriedade fundiária, atividade mercantil e investimento em mão de obra cativa.

No âmbito familiar, a inventariante é sua esposa, Francisca Maria da Conceição, e aparecem seis filhos vivos, além de quatro netos herdeiros de uma filha falecida. Esse núcleo familiar ampliado, com filhos homens e mulheres, já em idade de partilhar bens, sugere uma estrutura patriarcal estabelecida e consolidada. Os vínculos familiares, como os genros mencionados, possivelmente atuavam como agentes ou parceiros no próprio circuito comercial.

Do ponto de vista fundiário, o inventário registra diversas propriedades, como uma casa de taipa no lugar da Baixinha, um sítio com curral e casa de telha na Lagoa do Jucá, além de lotes de terra na Rua Preta, Sítio do Meio e Riacho da Raposa. A natureza desses imóveis, com destaque para o sítio com lagoa e curral, indica uma articulação entre o comércio urbano e atividades agropecuárias. Tais propriedades reforçam a condição de Ricardo enquanto proprietário multifuncional: um comerciante que não apenas vendia mercadorias, mas também controlava áreas produtivas e de abastecimento.

A posse de quatro escravizados, descritos com nomes, idades e valores individuais, entre eles, uma mulher de 28 anos avaliado em 950\$000 réis e um homem de 70 anos por 250\$000 réis, confirma seu pertencimento a um grupo com capacidade de investimento em mão de obra cativa, ainda que em escala moderada. Além disso, o inventário registra animais de carga e criação, como cavalos, bois e vacas, além de arreios e selas, elementos que reforçam seu papel no transporte e no abastecimento da feira.

A localização de sua loja, ainda que não especificada com exatidão, pode ser inferida como próxima ao núcleo da feira, dado que parte dos valores em dinheiro estava “na loja” e a estrutura do inventário separa claramente os bens domésticos dos bens comerciais. A coexistência de loja física com práticas próprias da feira (venda por unidade, variedade de estoques, moeda miúda) evidencia a flexibilidade desse comerciante, capaz de atuar nos dois espaços com naturalidade.

Assim, o conjunto de dados indica que Ricardo José Bezerra integrava uma fração intermediária da elite caruaruense: não era um grande proprietário de engenho nem um pequeno vendedor, mas um comerciante sólido, territorialmente fixado, com patrimônio diversificado e clientela plural, características típicas dos agentes centrais no desenvolvimento de localidades comerciais do Agreste oitocentista.

3.2 A VARIEDADE DE BENS: UM RETRATO DA FEIRA MULTIFUNCIONAL

O inventário de Ricardo José Bezerra, datado de 1862, revela uma impressionante diversidade de mercadorias, confirmando o papel da feira de Caruaru como centro de abastecimento multifuncional para a cidade e seu entorno rural. Os bens inventariados ultrapassam o mero comércio agrícola, abrangendo utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, bebidas, artigos de vestuário, produtos importados e objetos de uso cotidiano. A multiplicidade de itens revela uma feira capaz de atender tanto às necessidades básicas da população quanto ao consumo de artigos de luxo ou distinção social.

A análise do inventário permite organizar os bens em grandes categorias:

1. Ferragens e ferramentas: pás, facas, esporas, cadeados, enxadas, navalhas. Indicam abastecimento de trabalhadores rurais e urbanos;
2. Tecidos e fazendas: peças de chita, algodão, mandaplan, gazimira, brim, cambrainha. Revelam a importância da feira na distribuição de tecidos para costureiras, artesãos e uso doméstico;
3. Miudezas e utensílios domésticos: pratos, copos, tigelas, bules, vassouras, espelhos. Demonstram a feira como espaço de aquisição de objetos do cotidiano;
4. Produtos de consumo alimentar e bebidas: açúcar mascavo, vinhos, licores, bolachas, fumo, cigarro. Apontam para práticas de lazer e hábitos de consumo populares;
5. Escravizados e animais: a presença de quatro escravizados e vários animais (bois, vacas, cavalos) revela a articulação entre o comércio urbano e o mundo rural.

3.2.1 Ferragens e ferramentas

Os artigos de metal registrados no inventário revelam a importância da feira como centro de abastecimento de instrumentos de trabalho. Entre os bens listados encontram-se 6 pás (6.000 réis), 8 serrotes pequenos (8.000 réis), 36 pares de esporas de casquinho (14.400 réis), 5 facas de 6 polegadas e 14 de 8 polegadas (totalizando 4.260 réis), além de 9 ferros de cepilho, 5 enxadas e 2 machados, que somam mais de 5.000 réis. Destacam-se ainda 58 verrumas (4.640 réis) e 20 verrumas miúdas de guarnição (1.000 réis), compondo um conjunto expressivo de ferramentas destinadas a diferentes ofícios. Somados a limas, martelos, dobradiças e fechaduras, esses itens indicam que a clientela da feira incluía carpinteiros, sapateiros, lavradores e pequenos artesãos, todos dependentes desse espaço comercial para a aquisição e reposição de seus instrumentos de trabalho. Assim, mais do que simples mercadorias, as ferragens revelam a dinâmica produtiva local e a centralidade da feira na manutenção das atividades econômicas de povoados, vilas e cidades.

3.2.2 Tecidos e fazendas

A seção de tecidos configura-se como uma das mais volumosas do inventário, reunindo centenas de peças e côvados, o que evidencia a relevância desse segmento no circuito comercial da feira. Entre os itens listados destacam-se 10 peças de algodão sucupira (46.000 réis), 11 peças de algodão carne de vaca (47.300 réis), 297 côvados de chita em retalhos (59.400 réis), 23 côvados de gazimira azul (46.000 réis), 30 varas de brim de Hamburgo (12.000 réis) e 66 côvados de alporca preta (46.200 réis), além de 6 cortes de colete de veludo ordinário (24.000 réis). A presença de tecidos finos e, em alguns casos, importados como gazineta, cambrinha, murçulina e baetilha de capucho, soma-se a um grande número de lenços, chapéus, fitas, gravatas e meias, indicando uma oferta diversificada. Esse conjunto revela que a feira atendia simultaneamente a uma clientela popular, voltada para tecidos de uso cotidiano, e a segmentos com maior poder aquisitivo, interessados em artigos de melhor acabamento e distinção social. Assim, os tecidos não apenas compunham um dos principais estoques mercantis, mas também refletiam a estratificação econômica e os padrões de consumo presentes no espaço urbano em formação.

3.2.3 Utensílios domésticos e gêneros de mesa

A categoria de utensílios domésticos e gêneros de mesa revela um conjunto expressivo de objetos voltados ao consumo cotidiano e às práticas alimentares. Entre os itens registrados encontram-se 71 casais de pratos (14.200 réis), 18 casais de tigelas (3.600 réis), 61 pires (4.880 réis), 17 copos de vidro pequenos e 3 grandes, além de 34 candeeiros e 4 funis. Somam-se ainda 15 dúzias de fósforos de gás (4.800 réis), bem como bebidas diversas, como 8 garrafas de licor, 27 botijas de genebra, 23 de aguardente do reino e 12 garrafas e meia de vinho branco. Esse conjunto evidencia não apenas a circulação de objetos destinados à preparação e ao serviço de alimentos, mas também a presença de bebidas importadas e de maior valor agregado, indicando hábitos de consumo que ultrapassavam a mera subsistência. A diversidade desses produtos sugere um cotidiano marcado por práticas alimentares variadas e por momentos de sociabilidade, reforçando o papel da feira como espaço de abastecimento essencial, mas também como centro de consumo ligado ao convívio social e ao prazer.

3.2.4 Miudezas e produtos de uso pessoal

A categoria de miudezas e produtos de uso pessoal reúne um conjunto significativo de itens ligados ao vestuário, ao cuidado individual e ao lazer. Entre os bens inventariados constam 28 pares de meias de algodão para senhora, 31 pares de meias ordinárias para homem, 16 pentes de chifre, 20 pentes ordinários e 3 pentes de alisar, além de 8 baralhos de cartas. Destacam-se ainda 105 cachimbos, 60 canudos para cachimbo e 3 caixas e meia de charutos, avaliadas em 6.000 réis. A presença desses artigos indica que a feira não se limitava ao fornecimento de bens de primeira necessidade, mas contemplava também produtos

voltados à aparência pessoal, ao hábito do fumo e às práticas recreativas. Jogos, tabaco e objetos de higiene e adorno revelam um mercado atento às dimensões mais amplas da vida cotidiana, reforçando o caráter da feira como espaço de sociabilidade, convivência e distinção social.

3.2.5 Bebidas e gêneros de consumo

A categoria de bebidas e gêneros de consumo evidencia a circulação de produtos alimentares variados, alguns deles de caráter manufaturado ou importado. Entre os itens registrados destacam-se 1 arroba de café (8.000 réis), 16 garrafas de aguardente branca (1.600 réis), 6 libras de manteiga (3.000 réis) e 1 libra de açafão (1.000 réis), além de 4 canadas de vinho (ainda que em mau estado), aguardente misturada, vinagre, bolacha, pimenta, fumo, cera de carnaúba e sebo de Holanda. Esses produtos indicam que a feira abastecia não apenas cozinhas domésticas, mas também estabelecimentos como vendas e botecos locais, revelando uma rede de consumo mais complexa do que a simples comercialização de gêneros agrícolas frescos. A diversidade dos artigos permite afirmar, com base documental, que a feira de Caruaru funcionava como um amplo mercado varejista, onde se encontravam tanto instrumentos de trabalho quanto artigos de vestuário e alimentos variados, isto é, do canivete à gravata, do machado ao xale bordado, do toucinho ao vinho branco importado, consolidando-se como espaço central da vida econômica e social do lugar.

3.3 INDÍCIOS DA CLIENTELA E DA LÓGICA COMERCIAL

A análise qualitativa do inventário de Ricardo José Bezerra permite entrever a composição da clientela que frequentava sua loja e, por extensão, a feira de Caruaru no século XIX. A diversidade dos produtos ofertados, os diferentes níveis de sofisticação dos itens e a amplitude de suas quantidades revelam um comércio estruturado para atender a múltiplos estratos sociais, tanto urbanos quanto rurais. Essa heterogeneidade aponta para uma lógica comercial fundamentada na flexibilidade, característica típica das feiras livres, onde conviviam práticas de varejo e abastecimento em pequena escala.

O inventário registra, por exemplo, 31 pares de meias ordinárias para homem, cujo valor acessível sugere consumo popular, ao lado de cortes de veludo, lenços de tafetá e gravatas finas, destinados provavelmente a fregueses com maior poder aquisitivo. Os artigos de lazer, como 8 baralhos de cartas, 105 cachimbos e 60 canudos, reforçam a ideia de que o espaço da feira e da loja era também um locus de sociabilidade, onde se adquiriam produtos associados ao tempo livre e à vida doméstica masculina.

Produtos utilitários básicos, como dezenas de utensílios de cozinha e higiene pessoal, demonstram a função da loja como ponto de abastecimento regular das famílias. Por outro lado, o registro de facas de luxo, xales de merinó, tecidos importados e bebidas, como vinho branco e licor, revela o atendimento a uma clientela exigente, possivelmente ligada à elite agrária regional ou às famílias de maior prestígio local.

Outro dado significativo é a fragmentação das unidades de venda. Os itens são registrados por unidade, dúzia, côvado, libra, garrafa, caneca ou canada, o que aponta para práticas de venda fracionada, compatíveis com uma lógica de comércio acessível e adaptável ao pequeno consumo. Além disso, o inventário menciona expressamente “dinheiro de cobre achado na loja”, indicativo de transações realizadas com moedas de menor valor, muito utilizadas nas feiras populares.

Esses elementos convergem para a caracterização da feira de Caruaru como um espaço de mercado inclusivo, que mobilizava diferentes públicos e práticas comerciais. A coexistência de produtos simples e sofisticados, a ampla gama de categorias e a linguagem comercial empregada no inventário demonstram que a loja de Ricardo José Bezerra estava plenamente integrada à lógica plural da feira livre: um lugar onde se encontravam agricultores, tropeiros, trabalhadores urbanos, senhoras de engenho e pequenos comerciantes, todos compondo o tecido econômico da cidade.

3.4 “AS COISAS FALAM”: O COTIDIANO E A INTIMIDADE DO COMERCIANTE.

A análise do inventário post-mortem de Ricardo José Bezerra, falecido em Caruaru em 1862, oferece uma rica oportunidade para acessar o cotidiano doméstico e comercial de um comerciante urbano no Agreste pernambucano oitocentista. Mais do que uma simples lista de bens, o documento permite vislumbrar os objetos que compunham o mundo material de um indivíduo situado na camada intermediária da elite local e, com isso, reconstruir práticas de vida, hábitos de consumo e estratégias de distinção social.

A diversidade e sofisticação dos produtos listados no inventário apontam para um estoque altamente segmentado, capaz de atender gostos distintos e reforçar hierarquias simbólicas. No setor têxtil, nota-se uma impressionante gama de tecidos finos e de importação, como os xales de merinó, lenços de tafetá, cortes de gorgurão para coletes, cortes de coletes de veludo bordado, gazinira azul, brim de Hamburgo, cambrinha, chitas francesas e castor, todos tecidos identificados com uso social refinado, masculino e feminino. A presença de tecidos finos não apenas amplia a oferta comercial do lojista, mas também sinaliza sua capacidade de incorporar os circuitos de prestígio no interior do Império.

No campo dos utensílios e objetos domésticos, observa-se a presença de itens voltados ao consumo cotidiano que extrapolam a mera funcionalidade, apresentando apelo estético e simbólico, como pratos finos, tigelas e xícaras de porcelana azul, copos de vidro, bules ornamentados, espelhos, baralhos de cartas, luvas femininas, chapéus para senhora e sapatos de marroquim. A coexistência desses bens sugere que o comércio local atendia não apenas a necessidades práticas, mas também a demandas relacionadas à apresentação pessoal, à respeitabilidade e ao decoro social. Tais produtos podem ser compreendidos como expressão de uma materialidade da distinção, conforme discutido pelos estudos sobre cultura material, nos quais o uso e a exibição de objetos finos operam como marcadores simbólicos de inserção social. À luz da noção de distinção proposta por Pierre Bourdieu (2007), o gosto funciona como princípio de classificação

social, na medida em que as preferências e escolhas de consumo distinguem os sujeitos e revelam sua posição nas hierarquias simbólicas. Assim, ainda que o inventário não permita acessar diretamente as disposições subjetivas dos consumidores, a presença desses artigos indica a circulação de práticas diferenciadas de consumo no interior da sociedade oitocentista.¹¹

A alimentação também revela indícios de diferenciação. Entre os gêneros comercializados por Bezerra, constam bebidas importadas como vinho branco, licor, genebra e cerveja, além de azeite doce, açafrão, ervas e especiarias e cera de carnaúba, produtos que não compunham a dieta básica popular, mas sim os hábitos alimentares das camadas abastadas. O estoque desses itens indica não apenas o acesso a canais comerciais amplos, mas também a intenção de oferecer mercadorias que simbolizavam distinção e civilidade.

Também se destacam os itens ligados à higiene pessoal e ao asseio, como bacias e espelhos. O inventário registra, por exemplo, treze espelhos pequenos, pentes ordinários e de chifre. Tais bens sugerem um cuidado com a aparência e com a apresentação pública, o que se coaduna com a exigência de respeitabilidade típica de uma elite oitocentista. Assim, o corpo urbano era um dos espaços de construção de distinção social e os objetos de asseio e vestuário atuavam como ferramentas dessa modelagem.

A presença de artefatos de lazer também é reveladora. O inventário registra oito baralhos de cartas, 105 cachimbos e 60 canudos, além de mais de três caixas de charuto. Esses itens indicam práticas de sociabilidade masculina, em geral ligadas ao universo dos comércios, armazéns e feiras. Eram objetos que circulavam entre os balcões, os banquinhos e os cafés, reforçando vínculos entre clientes, vizinhos e parceiros de negócio.

No que tange ao vestuário, o inventário menciona gravatas, coletes de veludo, camisas, meias (28 pares femininas e 31 pares masculinas), lenços de tafetá, suspensórios e chapéus. As roupas, tecidos e adornos constituíam elementos centrais para a afirmação de uma imagem de ordem, sucesso e decoro. O fato de Ricardo manter esse tipo de estoque tanto para venda quanto, provavelmente, para uso próprio, é sinal de sua inserção em uma cultura de consumo urbana que articulava o corpo, a loja e a reputação.

Entre os bens descritos no inventário, encontra-se valor em moeda, “dinheiro de cobre achado na loja” (5000 réis). A quantidade de moeda é um indicativo da prática comum de realizar transações de pequeno valor, em espécie, condizentes com as operações diárias da feira.

Essa dimensão material da existência permite alcançar as experiências do passado em sua concretude sensível. Através dos objetos que Ricardo acumulou, usou, vendeu e conservou, podemos reconstruir não apenas os contornos de sua atividade econômica, mas também os gestos cotidianos que

¹¹ BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p. 13.

estruturavam sua vivência: acender o candeeiro, medir o côvado de tecido, ajeitar a gravata, acender o cachimbo, conversar com o freguês.

A cultura material, assim compreendida, transforma o inventário em um documento vivo, que expressa não apenas a riqueza do comerciante, mas também os modos pelos quais ele habitava e atribuía sentido ao mundo. Nesse sentido, a cultura material que emerge do inventário não é apenas reflexo da economia, mas instrumento ativo na produção de identidades sociais. O comerciante oitocentista, especialmente em cidades médias como Caruaru, fazia-se respeitável tanto pelo que vendia quanto pelo que vestia, exibia, escrevia e usava. Os objetos, portanto, eram parte do próprio corpo social que ele desejava habitar.

3.5 ENTRE O BALCÃO E O CATIVEIRO: A PRESENÇA DE ESCRAVIZADOS NO COMÉRCIO URBANO

A presença de quatro escravizados no inventário de Ricardo José Bezerra oferece elementos importantes para discutir a articulação entre o trabalho cativo e a atividade comercial em Caruaru durante o período de povoado do século XIX. Embora frequentemente associada à lavoura canavieira do litoral, a escravidão era uma realidade também nos centros urbanos do interior, onde homens e mulheres escravizados eram empregados em múltiplas funções domésticas, artesanais e comerciais.

No documento analisado, são listados: Eugenia, cabra, 28 anos mais ou menos, avaliada em 950\$000 réis; José, de Angola, 70 anos, achacado, avaliado em 250\$000 réis; Izabel, cabra, avaliada em 210\$000 réis (tem direito a uma parte da escravizada); José, 6 meses, filho de Izabel (com direito a uma parte do escravizado). A presença de dois adultos em idade produtiva e um idoso, ambos avaliados com valores médios altos, sugere que eram empregados em funções econômicas ativas, possivelmente ligadas ao transporte de mercadorias, atendimento na loja ou tarefas domésticas relacionadas ao suporte do espaço comercial.

Autores como Marcus Carvalho (2010) destacam que, em centros urbanos como a Boa Vista, a maioria dos cativos registrados provavelmente estava empregada no trabalho doméstico, desempenhando funções como mucamas, lavadeiras, moleques de recado e tratadores de sítios e quintais. Contudo, parte desses escravizados também atuava no comércio de rua e nas feiras. Era comum, nesses contextos urbanos, que os cativos acumulassem funções, combinando atividades domésticas com ocupações comerciais, muitas vezes com relativa autonomia por meio do sistema de ganho.¹²

Embora o inventário não explicita as funções de cada cativo, é plausível que, no contexto da feira de Caruaru, esses indivíduos atuassem no carregamento de mercadorias, no deslocamento de gêneros entre

¹² CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo*. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010, p. 72.

as propriedades do comerciante e o centro urbano, ou até mesmo na negociação direta com fregueses, especialmente nos dias de maior movimento.

Outro aspecto relevante diz respeito ao perfil etário e às classificações de cor atribuídas aos cativos. A predominância de crioulos no inventário reforça uma dinâmica já observada por historiadores em regiões do interior, como demonstrado por Versiani e Vergolino (2003), onde o uso de pessoas escravizadas nascidas localmente era mais frequente do que a presença de africanos recém-chegados. Esse dado permite refletir sobre a inserção gradual da escravidão urbana em uma lógica de “familiarização” do cativo, onde o escravizado convivía com a família senhorial e operava em espaços públicos.

Outro ponto importante é a classificação de cor atribuída aos cativos. Observa-se que Eugenia e Izabel foram identificadas como “cabras”. Nos dicionários coloniais e oitocentistas, o termo “cabra”, por exemplo, recebia múltiplos significados e ocupava lugar ambíguo no vocabulário social do período. Utilizado em diferentes contextos para designar indivíduos mestiços ou pessoas escravizadas, o termo podia referir-se a filhos de mulatos com negros ou indígenas, como observado por Ana Cortez (2015) para o Cariri cearense, mas também funcionava como marcador de tonalidade de pele, como “trigueiro”, “escuro”, “misturado” ou mesmo de pertencimento regional. Longe de constituir classificação jurídica formal, cabra operava como designação social informal, recorrente em anúncios e discursos cotidianos, revelando práticas locais de nomeação e hierarquização. Nesse sentido, as categorias raciais registradas no inventário devem ser compreendidas como construções sociais situadas, que expressam não apenas origem, mas também percepções sociais e gradações simbólicas no interior da sociedade escravista.¹³

Adicionalmente, o inventário não registra ferramentas agrícolas vinculadas à produção rural direta, mas há menção a animais de carga, arreios e selas. Isso sugere que os escravizados adultos poderiam também atuar como condutores de tropas ou auxiliares nos deslocamentos entre o sítio e a cidade, reforçando o papel do comerciante como articulador entre os espaços urbano e rural.

Por fim, o valor econômico dos escravizados registrados representa uma fração significativa do patrimônio total inventariado, reafirmando seu peso não apenas como força de trabalho, mas como ativo comercial valorizado. Assim, a presença de cativos na estrutura econômica de Ricardo José Bezerra confirma que a feira de Caruaru operava, ao menos parcialmente, com base na exploração do trabalho escravizado, mesmo em um momento já marcado por tensões abolicionistas e mudanças nas formas de trabalho.

Portanto, ao articular o balcão, a loja e o cativo, o inventário evidencia como a escravidão também estruturava os circuitos comerciais e o cotidiano de uma cidade do Agreste. Os escravizados não apenas

¹³ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25250>. Acesso em: 12 set. 2025.

circulavam pela feira, eles sustentavam, com seu trabalho invisível, parte do movimento mercantil que animava a economia local.

4 CONCLUSÃO

A análise do inventário post-mortem de Ricardo José Bezerra, falecido em 1862, demonstrou a potência heurística dessa fonte para a compreensão da estrutura econômica e social da feira de Caruaru ao longo da primeira metade do século XIX. Partindo do problema de investigar em que medida um único inventário poderia iluminar a dinâmica comercial e as hierarquias sociais de um período que atravessa as distintas fases político-administrativas do núcleo urbano interiorano (povoado, vila e cidade), o estudo evidenciou que a documentação patrimonial, quando submetida a leitura crítica e contextualizada, permite acessar dimensões estruturais da economia urbana oitocentista.

Os resultados indicam que a feira de Caruaru operava como espaço multifuncional de abastecimento, articulando produção rural, comércio varejista, circulação de mercadorias importadas e consumo diferenciado. A diversidade do estoque mercantil revela um mercado capaz de atender simultaneamente trabalhadores rurais, artesãos, famílias urbanas e segmentos economicamente mais abastados. Ferragens, tecidos populares e finos, utensílios domésticos, bebidas importadas e artigos de uso pessoal coexistiam em um mesmo circuito comercial, evidenciando a complexidade da economia local.

O perfil patrimonial do comerciante analisado confirma a existência de uma fração intermediária da elite interiorana, composta por comerciantes-proprietários que integravam atividades mercantis, controle fundiário e investimento em mão de obra escravizada. A presença de pessoas escravizadas no inventário reafirma que o comércio urbano interiorano estava inserido na lógica escravista do Império, demonstrando que o cativo não se restringia às áreas de plantation, mas estruturava também os circuitos mercantis de povoados, vilas e cidades do Agreste.

Além disso, a leitura da cultura material registrada no inventário permitiu identificar práticas de distinção social e padrões de consumo que extrapolam a imagem tradicional da feira como espaço exclusivamente popular. Os objetos listados revelam não apenas transações econômicas, mas formas de sociabilidade, construção de respeitabilidade e afirmação simbólica no contexto urbano em formação.

Ao privilegiar a microanálise de um único documento, este estudo não pretende generalizar conclusões para todo o interior pernambucano, mas demonstrar que a abordagem qualitativa aprofundada pode revelar estruturas mais amplas da economia regional. O inventário analisado confirma que as feiras interioranas eram espaços complexos, integrados a redes comerciais mais amplas e sustentados por múltiplas formas de trabalho e capital.

Dessa forma, o artigo contribui para a historiografia sobre economia urbana, cultura material e escravidão no interior do Brasil oitocentista, ao evidenciar que a feira de Caruaru constituía não apenas um

mercado de gêneros agrícolas, mas um núcleo estruturante da vida econômica e social regional. O inventário, longe de ser mera lista patrimonial, emerge como artefato social capaz de revelar, por meio da materialidade, os contornos de uma economia urbana em consolidação no Agreste pernambucano.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. O Cabra do Cariri Cearense: a invenção de um conceito oitocentista. 2015. 354f. – Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25250>. Acesso em: 14 fev. 2026.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INVENTÁRIO de Ricardo José Bezerra de 1862. Documento manuscrito. Laboratório de Pesquisa e Ensino de História (LAPÉH), UFPE, Recife.

MAGALHÃES, Beatriz R. Inventários e sequestros: fontes para a história social. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, n. 9, p. 31-45, 1989.

MAGALHÃES, Beatriz R.; SILVA, Vera A. C.; PEREIRA, Ana L. C.; CHEBLE, Gilson B. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais (1713-1763). In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

VERGOLINO, José Raimundo Oliveira; VERSIANI, Flávio Rabelo. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 353-393, abr./jun. 2003.